

DISCURSO E PODER: UMA REFLEXÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS E DISCURSIVAS PARA REPENSAR QUESTÕES ATUAIS RELATIVAS À IDENTIDADE DA LITERATURA

Pâmela C. Damasceno dos Santos¹

Resumo: Em face do império de uma rede de práticas discursivas, em uma conjuntura social na qual os discursos se erigem revestidos por 'poderes' e 'perigos', o conhecimento perderia sua legitimidade se destituído da áurea de poder que, inevitavelmente, o atravessa. Inscrito nesse contexto, o lócus do verdadeiro, tão-somente, refrata uma perspectiva gerada pelos discursos — os enunciados vigentes delimitam seus contornos a partir de construções historicamente instituídas e legitimadas, saberes cristalizados que, sustentados por um sistema de instituições, fundamentam as práticas sociais. Os efeitos desse dispositivo de saber discursivo se projetam sobre o homem, configurando uma verdadeira violência discursiva, impondo-lhe mecanismos de interdição, coerção e assujeitamento às regras de controle hegemônicas. Tendo em vista as considerações aludidas, o presente trabalho propõe-se a repensar questões relativas às práticas críticas na academia, ampliando um posicionamento estratégico-crítico e reflexivo para com os sistemas literários em curso.

Palavras-Chave: Saber. Poder. Discurso.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialidade: Estudos de Literatura — Literatura Comparada; pamelacris@terra.com.br; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, Porto Alegre- RS.

DISCOURSE AND POWER: A REFLECTION ON THE IMPORTANCE OF THE PHILOSOPHICAL AND DISCURSIVE CONTRIBUTIONS TO RETHINK CURRENTS QUESTIONS RELATED TO THE IDENTITY OF LITERATURE

Abstract: Due to the prevalence of a network of discursive practices, in a social conjuncture in which discourses are built surrounded by 'powers' and 'dangers', knowledge would lose its legitimacy if destitute of its power aura that, inevitably, reaches it. In this context, the locus of the real only refract a perspective generated by discourses — the unexpired enunciation delimits its contours from the historically built and legitimated constructions that, based on a system of institutions, are the foundations to social practices. The effects of this dispositive of discursive knowledge are projected over the human, configuring a real discursive violence, imposing interdiction and coercion machinery and subjecting to control rules from these hegemonic discourses. In view of these considerations, the present work proposes to rethink issues related to the critical practice in the academy, amplifying a critical-strategic and reflexive position to the literary systems in vogue.

Keywords: Knowledge. Power. Discourse.

Essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. *Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.*

(FOUCAULT, 1970, p. 17)

Inscritos em uma sociedade na qual os discursos emergem revestidos por poderes e perigos, em que é consabido que todo conhecimento passa pelo discurso, as relações de conhecimento deixam de existir se dissociadas do âmbito do poder que as atravessa. Assim, os saberes tomam forma a partir de redes de práticas discursivas que se munem de poderes, instaurando a proporção direta — “conhecimento sob a forma de poder; poder sob a forma de conhecimento”. Nesse contexto, o discurso é destituído de um suposto véu de transparência que espelha o mundo, configurando-se enquanto veículo do conhecimento e estratégia de poder que, não existindo fora das condições de inteligibilidade, converte-se em objeto investido de desejo, o almejado “poder conhecimento” de que se quer apoderar.

O discurso, então instituído dentro do jogo poder/conhecimento, tem sua produção controlada e distribuída a partir de um número considerável de procedimentos que, ao determinarem as condições de seu funcionamento, delimitam os contornos de mecanismos de interdição e coerção, destinados a conjuram seus poderes e perigos à medida que silenciam a ressonância dos discursos em sua materialidade de coisa pronunciada, evitando, dessa maneira, sua arriscada proliferação.

A regularidade discursiva, cingida pela condição de 'verdade', fruto de uma inerente “vontade de verdade” que remonta a própria história humana, erige-se em torno de contingências históricas, permanecendo sustentadas por um sistema de instituições.

O ‘conhecimento’, compreendido enquanto acúmulo de alegações e afirmações, inscreve-se, nesse contexto, no âmbito do verdadeiro, reflexo de uma ‘verdade’ tão relativa quanto forem os discursos sobre ela, atestando vigência de um amplo conjunto de construções histórico-discursivas institucionais.

Nesse sentido, as instituições fazem às vezes de instâncias de controle, a fim de dominar os poderes que emanam dos discursos, bem como da condição estratégica por eles conformada. Imersos nessa realidade, os discursos convergem de modo a gerar as condições de firmamento das ideias (efeitos discursivos), responsáveis por fundamentar à lógica que rege o sistema social. O homem, que se configura à luz desse processo, então constituído enquanto efeito da linguagem na construção de suas significações —constituído, portanto, *na e pela* linguagem — passa a ser assujeitado aos vários tipos de sistemas de exclusão e a essas regras de controle discursivos.

Partindo das constatações elucidadas, Foucault elimina a relação “razão/liberdade”, pilar do racionalismo moderno, uma vez que, nessa tessitura social, faz-se nítido que a liberdade encontra-se interdita e o sujeito nunca é soberano, sempre encontrar-se-á assujeitado a mácula discursiva. Dá-se, assim, um processo de rarefação dos sujeitos que falam, onde determinadas posições devem ser ocupadas (papéis pré-estabelecidos), investindo de poder um seletivo grupo de sujeitos discursivos, diferenciados e diferenciados de outros tantos indivíduos dele destituídos (ainda que não exista lugar de destituição absoluta de poder). Instaura-se o “império” dos dizeres autorizados a ganhar e dar voz as suas pretensas ‘verdades’, refletindo uma institucionalização das falas autorizadas, onde o acesso ao discurso, invariavelmente, conforma-se enquanto instrumento indicativo de pertencimento prévio (classe, status social, nacionalidade).

Os efeitos desse dispositivo de saber discursivo, ao denunciar que nem todas as regiões do discurso são igualmente penetráveis, atestam que algumas posições-sujeito encontram-se investidas das funções de detentoras de certos enunciados valorativos. Nesse contexto, os enunciados vigentes tomam forma a partir construções historicamente instituídas e legitimadas, saberes cristalizados que, reprodu-

zindo seu horizonte de significação ao longo dos séculos, fundamentam as práticas sociais. O indivíduo, então imerso nessa experiência originária, espécie de domínio a nível pré-discursivo, inevitavelmente, se constituirá envolto nos efeitos produzidos por esses constructos.

Inscrito nessa violência epistêmica, Foucault, imbuído de um fôlego antifundacionista², vale-se das proposições aludidas para desvelar o jogo de práticas discursivas que tornou possível erigir, em determinados momentos históricos, um universal de “verdade”. Percebendo a impossibilidade que reside na tentativa de construir um discurso valorativo objetivo, o filósofo destitui a “verdade” de suas atribuições objetivas e universais. A “verdade”, em suma, tão-somente refrata uma perspectiva gerada pelos discursos, não existindo, portanto, verdade objetiva já que todas estão no nível das perspectivas do discurso.

Com base nessas considerações, faz-se possível inferir que a “verdade” não é legitimada por estar no “verdadeiro”, mas sim por refletir uma instância institucional do discurso dominante, então responsável por disciplinar as práticas discursivas e as controlar. Assim, irrompe-se a consciência de que as regras através das quais os discursos funcionam não são universais, mas determinadas historicamente, como um a priori da formulação do conhecimento. Desta maneira, Foucault corrobora para que os consagrados conceitos de “representação”, “origem” e “universal”, tidos como orientadores da racionalidade moderna, sejam destituídos da aura valorativa que os envolvia, caindo por terra.

A própria transitividade de todo o valor perde o estatuto de ‘universal’, passando a ser tratada como categoria estabelecida a partir de um viés particularista, o discurso é despojado, portanto, de seu caráter de palavra intransitiva, uma vez que, mesmo o conceito de ‘valor’ é discursivamente cons-

² Contra a racionalidade moderna.

truído. Nesse contexto, o poder não pode ser compreendido como reflexo de uma estrutura social, encontrando-se difuso, disseminado, em constante circulação, sendo mais constitutivo do que coercitivo.

A partir dessa nítida percepção acerca dos atos de violência discursivos, violência originária, que emanam das práticas da linguagem, Foucault delimita, utilizando-se das elucubrações tecidas, a transição para um outro episteme³, este firmado no discurso (episteme antifundacionista), no qual se dá uma inversão lógica — o que tomamos por efeito é causa. Assim, o filósofo, bem como Jacques Derrida, rompe com o então conceito de “representação”⁴, promovendo um deslocamento na história das ideias ao não mais deter-se a análise das representações para alçar o olhar ao próprio discurso — tomado enquanto séries regulares e distintas de acontecimentos.

Dessa maneira, o discurso e o poder fundamentam os códigos de funcionamento do episteme que se erige, provocando um deslocamento nos estudos tradicionais da história e oportunizando a criação de novos objetos de investigação. A história passa a esboçar o traçado de conjunto heterogêneo de discursos, ora mantendo sua regularidade, ora promovendo rupturas na mesma⁵, onde, não raras às vezes, novos enunciados emergem para romper com as regras discursivas e instaurar a ressonância de outros dizeres.

Tendo em vista que a perspectiva a partir da qual se lê os textos literários é a própria história, então entendida como

³ A Desconstrução joga em descrédito a ideia de representação, de que o signo representa a ideia, a partir dela é questionada a produção de conhecimento nas Ciências Humanas.

⁴ A Desconstrução joga em descrédito a ideia de representação, de que o signo representa a ideia, a partir dela é questionada a produção de conhecimento nas Ciências Humanas.

⁵ Acontecimento discursivo — discursos tratados como séries homogêneas ainda que descontínuas.

conjunto coerente e transformável de modelos e instrumentos conceituais, percebe-se, hoje, nos estudos literários uma ruptura epistemológica em relação a todo o *lócus* particularista do pensamento hegemônico. Diversificam-se, dessa maneira, as formas de produzir conhecimento, atestando a necessidade iminente de promover uma descentralização em nossas perspectivas de leitura e ampliar um posicionamento estratégico-crítico e reflexivo para com os sistemas literários em curso.

Inscritas nessa realidade, as formas literárias, encontrando suas condições de possibilidade a partir de momentos históricos e, constituindo-se, portanto, através desse lastro histórico, passam a ser diretamente determinadas pelas diferentes formas de produção material da sociedade, bem como pelos mecanismos de controle por elas produzidos. É justamente nesse sentido que reside a importância da compreensão desses processos de legitimação de conceitos e práticas discursivos para o campo da literatura. A partir da relação “saber/ poder” aludida, faz-se possível, inclusive, ampliar as leituras acerca da própria constituição institucional do Cânone Ocidental.

No que concerne a essa Literatura Ocidental, nos é possível constatar que a mesma, ao inscrever-se em certo horizonte teórico, estabelece seu corpus de proposições no âmbito do já mencionado ‘discurso verdadeiro’. A cultura dela resultante reflete um ‘saber’ pretensamente hegemônico, imbuído de autoridade à medida que se utiliza da ilusão de uma única ‘verdade’. Nessa conjuntura, o espaço europeu apropria-se de práticas discursivas que o assegurem um saber monopolizado, conformando-se enquanto detentores de um poder sobre a forma de conhecimento (e porque não dizer: ‘conhecimento sob a forma de poder’).

Há mais de duas décadas que os debates sobre a constituição dos cânones literários nacionais e sobre os mecanismos de atribuição de valor que lhe dão

sustentação têm colocado em evidência o fato de que os cânones inscrevem um mesmo código escritural cuja função é projetar uma representação idealizada da cultura, como se essa constituísse a expressão de uma totalidade sem fraturas. A vigência de uma identidade histórica da cultura e da literatura nacional como força unificadora e homogeneizante tem consequências na prática do ensino de literatura brasileira, particularmente quando o ensino converge para a leitura e a análise somente daqueles textos autenticados pela evocação a uma tradição que os define como “verdadeira literatura”(SCHMIDT, 2011, p.179).

Fazendo às vezes de uma espécie de sociedade do discurso (sociedade disciplinar), cuja função é conservar ou produzir enunciados ‘verdadeiros’, a instituição do Cânone Ocidental se constitui firmada na soberania de um constructo discursivo, responsável pela permanência de uma tradição escrita no singular. A partir de uma conscientização no que diz respeito a esses aspectos, nos é possível não apenas perceber a formação desse conjunto de construções discursivas, mas também e, em especial, precisar a maneira como o suporte institucional as sustenta, as repete e as reforça ao longo da história.

Assim, ao situar o discurso no centro da especulação, percebendo que nele confluem ‘violência’ e ‘libertação’, Foucault parte de uma visão genealógica e crítica que nos oportuniza apreende-lo em seu poder de constituir domínios de objetos. Nesse sentido, igualmente, nos é permitindo estabelecer a própria regularidade do estatuto do discurso literário que, em não raros os momentos, pode vir a integrar, sob certas condições, seus próprios procedimentos de controle e coerção.

No que concerne às contribuições de Foucault para repensar questões relativas às práticas críticas na academia, faz-se possível mencionar a ruptura que promove em relação

à cristalização dos ensinamentos consagrados, instaurando uma crise letrada, que consiste, em realidade, em uma crise dos valores dados como sacramentados que, a partir dessa nova visão, passam a ser questionados, projeta-se, igualmente, uma crise da autoridade (hierarquia ocidental) que sempre deteve o monopólio das questões relativas ao literário. Contrariando as nossas ilusões, com base nas análises antifundacionistas tecidas, desnaturaliza-se a historicidade de paradigmas culturalmente instituídos, até então tomados enquanto representações “naturais”⁶, em um contexto, no qual, o valor deixa de ser intransitivo.

Michel Foucault, assim como Derrida, percebe que estamos assujeitados, constantemente, a regimes centralizadores de leituras, portanto, não há uma real correlação entre ‘razão’ e ‘liberdade’. Com isso, atesta-se a necessidade iminente de promover uma descentralização em nossas perspectivas de leitura, ampliando um posicionamento estratégico-crítico e reflexivo para com os sistemas literários em curso. A existência do firmamento de uma leitura ocidental da sociedade letrada, marcada pela ultra valorização desse discurso literário em detrimento de outros discursos, começa a ser refutada, já que se ganha consciência da necessidade manifestada pelo Ocidente em deter uma hierarquia, um discurso valorativo e ‘verdadeiro’, orientado pela máxima do ‘saber’ enquanto ‘poder’.

As práticas críticas na academia, que não podem ser concebidas se dissociadas dos valores, ideologias e práticas sociais que as atravessam, passam a ser questionadas, imer-

⁶ O “*natural*” já é o efeito de uma construção discursiva; não é dado *a priori* como fundante pré-discursivo, “originário”, reflete sempre uma construção cultural. A naturalização de conceitos espelha a construção de uma estrutura sócio-histórica hegemônica, legitimada como um regime de verdade. Há uma violência no que diz respeito aos mecanismos de cultura acumpliciados com uma naturalização dos constructos discursivos.

sas em uma lógica, na qual, toma fortes contornos um processo de pluralização das diferentes verdades de acordo com os sujeitos. Esse aspecto significa uma *democratização dos estudos literários*, seguida da implicação do reconhecimento das diferenças. Nesse momento, a produção do conhecimento passa a ser questionada, sendo possível pensar os textos fora da institucionalização do literário.

A partir da transição para esse outro episteme, previsto por Foucault, em que é colocado em cheque o estabelecido, promove-se uma ruptura epistemológica em relação a todo *locus* particularista do pensamento hegemônico, desarticulando a violência do 'saber/ conhecimento' que legitima a soberania europeia. Diversificam-se, dessa maneira, as formas de produzir conhecimento, enfraquecendo territórios homogêneos e hegemônicos.

Os objetivos tencionados em ocasião da escrita do presente trabalho concernem à intenção de se reconhecer a vigência de um sistema descentrado ou policêntrico de conhecimento e cultura, no qual se processa uma ruptura epistemológica em relação a todo *locus* particularista do pensamento. Desnaturalizando a historicidade de paradigmas culturalmente instituídos, saberes consagrados, objetiva-se promover uma descentralização em relação às perspectivas de leituras em voga, ampliando um posicionamento estratégico-crítico e reflexivo para com os sistemas literários em voga.

Faz-se possível reconhecer um desbordamento das diferentes barreiras do literário, aspecto que culmina com a inclusão de objetos tradicionalmente definidos como "não literários", nesse momento, cai por terra qualquer tentativa de valoração tradicional. O alargamento das fronteiras do

literário pode ser percebido, em especial, a partir da adoção de práticas interdisciplinares⁷:

Heterogeneidade, processos dinâmicos de transformações culturais e de interpenetração, entrecruzamentos de discursos são elementos que constituem, hoje, os pontos centrais da atenção comparativista. Por isso não há, em sua prática, exclusividade de atuação no domínio literário, mas nela a literatura é confrontada com elementos diversos (CARVALHAL, 2003, p. 67).

À luz dessa realidade, na qual se ampliam substancialmente nossas perspectivas de leitura, as fronteiras do pensamento se diluem. Marcos e limites, antes claros e definidos, passam a se esboçar a partir de novos contornos. Tânia Carvalhal, em sua obra “*O próprio e o alheio*”, afirma que, mediante essa conjuntura, delimitações são questionadas — tanto no campo teórico como no teórico-crítico. Limites discursivos, disciplinários e metodológicos se desfazem, em um contexto, no qual, as próprias fronteiras entre realidade e ficção se hibridizam.

Tomando por referência essas considerações, as diferentes disciplinas, enquanto construções discursivas, não podem ser compreendidas enquanto domínios que ocupam tão-somente um *lócus* discursivo fixo e determinado — *lócus* do discurso literário em detrimento de outros *lócus* discursivos. Em ocasião da *interdisciplinaridade*, o *lócus* de enunciação do particular (do disciplinado) é desarticulado, destituindo-se da especificidade que até então o era conferida.

Os domínios, na condição de espaços de construção do conhecimento, transitam em um *entrelugar* — entre a teoria e a criação — onde os paradigmas definidos não vigoram e a centralidade é desconstruída. Introduz-se, assim, a discussão

⁷ Experimento pedagógico, responsável por gerar um ‘entre lugar’; amálgama disciplinar, transdisciplinar.

no que concerne a presença desse *entrelugar*, espaço de não ontologia, no qual não há celebração absoluta de um campo do saber disciplinado.

Neste contexto, a Literatura Comparada, conformando um lugar de transferência, vem a atestar uma zona de liminaridade entre os sistemas de representação. Partindo do pressuposto de que não há nenhuma teoria essencialmente neutra, nem mesmo a ciência que se pretenda mais autônoma, cria-se a consciência que falar do *puro* em Literatura também é assumir um viés ideológico. As construções discursivas, invariavelmente, sempre serão atravessadas por uma pluralidade de dizeres, ecoando sentidos que integram outros domínios do conhecimento.

Assim, os encontros que se promovem na cultura, heterogênea em sua própria essência, sempre se darão a partir de uma configuração de *tensão*. Entre o *próprio e alheio*, o *uno* e o *diverso*, o convergente e o divergente, é, pois, justamente, nessa travessia que reside o espaço multiforme e regido por diferentes orientações ressignificado pelos estudos de Teoria Literária e pela Literatura Comparada.

A Literatura Comparada, entendida enquanto estratégia de leitura, é tomada como forma de investigação que se situa entre os objetos colocando-os em relação. A teoria literária comparada, na condição de teoria itinerante, conforma-se como um espaço de transferência, deslocando-se entre percepções, conceitos e compreensões de mundo diversas. A partir de um princípio de construção e desconstrução a teoria cria uma zona de liminaridade do discurso teórico, representando a travessia entre os dois sistemas de representação analisados.

Nesse contexto, a *interdisciplinaridade* permite entrar em contato com outros campos do conhecimento e suas categorias, funcionando como experimento pedagógico, amálgama disciplinar e transdisciplinar, capaz de gerar um

entrelugar. Através de seus pressupostos, faz-se possível atestar que a coexistência de diferenças podem criar as condições para que semelhanças se configurem.

Inscritos em um contexto no qual os discursos são tidos como local de constante tensão, onde se inserem dialeticamente estruturas textuais e extratextuais, a análise operada propõe-se, igualmente, a esboçar as relações estabelecidas com os elementos extratextuais, no caso, os discursos historicamente construídos. Desta forma, não se limita o alcance interpretativo dos estudos e se faz possível deslocar, para um campo amplo de análise, as produções confrontadas.

Em suma, o ideário foucaultiano, sendo contrário a racionalidade moderna, auxilia-nos a pensar acerca das construções sócio-histórico discursivas, abalando a produção etnocêntrica do conhecimento, ao passo que descoloniza e desierarquiza culturas. À medida que rompe com o pensamento ontológico, liberta-nos do engessamento institucional e amplia substancialmente as nossas perspectivas de leituras — processo que pode ser percebido no campo literário, principalmente, a partir da intensificação de uma visão crítica sobre a apologia do Cânone Ocidental.

Tendo em vista que a perspectiva a partir da qual se lê os textos literários é a própria história, valendo-nos do corpus de considerações tecidas, hoje, nos é possível compreender essa mesma história como um conjunto coerente e transformável de modelos e de instrumentos conceituais. Faz-se, igualmente, inerente a percepção de uma importância no que tange as trocas e interlocuções no campo da literatura, procedimentos então capazes de atuar no interior dos complexos sistemas de controle e coerção, oportunizando-nos, a cada espaço da história, a reflexão acerca da construção dos discursos juntamente com os saberes e poderes por eles projetados.

A Literatura, na condição de espaço de integralização do humano, permite-nos articular o traçado de tensões morais e éticas combinadas com tensões emocionais e sensíveis. Nesse sentido, os elos lógicos de pensamento analisados são atravessados, a todo instante, por distinções sensíveis, aspecto que possibilita aos leitores o cultivo da sensibilidade e do gosto pelo estético à luz do conhecimento produzido.

Da mesma maneira, a Literatura Comparada, enquanto domínio de conhecimento em suas modalidades e inflexões discorre sobre si e sobre o mundo, desvenlando-se a cada espaço da história, face a um cenário em que os ditames do “poder/conhecimento” ordenam e delimitam o funcionamento das instituições, inclusive do próprio comparativismo e de seus rumos. A sua escritura destaca as pressuposições transparentes de uma supremacia cultural.

Propõe-se, a partir da adoção dos Estudos Comparados, enquanto domínio munido de uma posição estratégica, desnudar as zonas de limiaridade dos discursos teóricos instaurados e constituintes da cultura — essa que se delimita a partir de um contexto sócio-histórico plural em sua própria essência. Uma vez que, expandindo as fronteiras da Literatura, reafirmamos o impulso transformador e libertário congregado pelos trabalhos intelectuais da área comparada como sendo o trabalho “do” mundo, “no” mundo e “sobre” o mundo (E por que não dizer “para” o mundo?). Nesse sentido reside a posição da Teoria Literária no mundo, como um espaço de integralização do humano, no qual se pode pensar uma perspectiva de sustentabilidade significativa para as formas de conhecimento produzidas.

[...] A Literatura nos permite acessar uma experiência sensível e um conhecimento moral que seria difícil, até mesmo impossível, de se adquirir nos tratados filosóficos. Nesse sentido, a Literatura contribui, portanto, de maneira insubstituível, tanto para a ética

prática, quanto para a ética especulativa (COMPAGNON, 2009, p.47).

Nesse sentido, a Teoria Literária, bem como a Literatura em toda a sua extensão pode ser tomada como um lócus privilegiado de manutenção e apropriação de um *saber* que é, como já consabido, também um espaço simbólico de constituição ou destituição de poderes. Nela confluem violência e libertação. Através dela, os sujeitos sociais se inscrevem e significam as práticas discursivas e culturais de sua realidade, o que confere a realidade uma legítima prática de “liberdade” — ainda que, como sabemos, no domínio público, a própria aspirada liberdade se delimita como um veículo de poder.

Referências:

CARVALHAL, Tania. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*, São Leopoldo: unisinos, 2003.

CARVALHAL, Tania. 4 ed. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1993.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para que?* São Paulo: Ática, 2009.

DERRIDA, Jacques. *A escrita e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Para quê literatura? Reflexões sobre conhecimento, reconhecimento e educação*. São Paulo, v.51. n°1, p.173-189, jan./jun.2011.